

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017-PRIO**

**PROCESSO Nº: 149/17-PRIO**

**LOCAL: Penitenciária João Batista de Santana**

**CHAMADA PÚBLICA VISANDO O CREDENCIAMENTO DE AGRICULTORES  
FAMILIARES PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA PAULISTA DA  
AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL - PPAIS**

A Penitenciária João Batista de Santana – Riolândia/SP, atendendo a Lei nº **14.591 de 14 de outubro de 2011** e o Decreto Estadual nº **57.755 de 24 de janeiro de 2012**, respeitando-se as alterações do Decreto Estadual nº **60.055 de 14 de janeiro de 2014**, bem como, o Decreto nº **62.282/2016 de 02 de dezembro de 2016**, torna público o presente sistema de credenciamento visando aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar por inexigibilidade de licitação, artigo 25, da Lei 8.666/93, para atendimento da Penitenciária João Batista de Santana – Riolândia/SP.

Os interessados poderão obter cópia integral do edital nos sítios eletrônicos: **[www.sap.sp.gov.br](http://www.sap.sp.gov.br)**, **[www.itesp.sp.gov.br](http://www.itesp.sp.gov.br)**, **[www.cati.sp.gov.br/ppais](http://www.cati.sp.gov.br/ppais)** e **[www.enegociospublicos.com.br](http://www.enegociospublicos.com.br)**.

A documentação completa, composta pela habilitação jurídica e pela proposta de venda, deverá ser entregue na Penitenciária João Batista de Santana, situada na Estrada Municipal Riolândia/Cardoso Km 02, s/nº, Zona Rural – Riolândia/SP, no período de **05/09/2017 a 19/09/2017**, das **08:00h às 11:00** e das **13:00h às 16:00h**, em envelope endereçado à Comissão de Avaliação e Credenciamento – CHAMADA PUBLICA Nº 002/2017-PRIO.

Será permitida a remessa de documentação via correios que somente será considerada e analisada se recebida na entidade credenciadora no período supracitado, respeitando-se o encerramento às 16:00h.

O aviso contendo o resumo do presente edital (respeitados os requisitos contidos no artigo 11 do Decreto nº 57.755/12 alterado pelo Decreto nº 60.055/2014) será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na página da internet da

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

entidade credenciadora ([www.sap.sp.gov.br](http://www.sap.sp.gov.br)), no site do PPAIS, e em jornal de circulação local, com a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a chamada pública.

**I. DO OBJETO**

1. O objeto do presente Credenciamento é o cadastramento de Agricultores Familiares para os fins de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o atendimento ao Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I deste instrumento, a seguir resumidas:

<u>Item</u>	<u>Descrição Completa do Produto</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Unidade</u>	<u>Cronograma de</u>
		<u>Total do Período</u>		<u>Fornecimento</u>
1.	Abobrinha	1.700	Quilo	Semanalmente
2.	Banana Nanica	12.750	Quilo	Semanalmente
3.	Cenoura	3.740	Quilo	Semanalmente
4.	Chuchu	1.530	Quilo	Semanalmente
5.	Limão Tahiti	170	Quilo	Semanalmente
6.	Mandioca	2.890	Quilo	Semanalmente
7.	Pepino	5.100	Quilo	Semanalmente
8.	Repolho	3.230	Quilo	Semanalmente
9.	Tomate Salada	5.100	Quilo	Semanalmente
10.	Queijo Mussarela	1.260	Quilo	Mensalmente

**NOTAS IMPORTANTES:**

- 1 - Os produtos deverão ser transportados de forma a garantir perfeita conservação, na temperatura adequada, até a sua efetiva entrega.
- 2 - A **Penitenciária João Batista de Santana**, não se responsabiliza pela perda ou devolução de caixas ou engradados.
- 3 - Os gêneros alimentícios **hortifrutigranjeiros e derivados de leite (queijo mussarela)** quando solicitada a sua entrega somente serão recebidos entre o

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

horário das **08:00** às **15:30** com intervalo das **12:00** horas às **13:00** horas, no Almojarifado da **Penitenciária João Batista de Santana**.

**4** - Todos os produtos cotados deverão ser de 1ª qualidade.

## **II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. Para o pagamento das despesas decorrentes das contratações realizadas com fundamento nesta Chamada Pública serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária: Fonte de Recurso 001.001.001, Programa de Trabalho 14421381361410000 - UGE 380167 – ND 33.90.30.11-PPAIS.

## **III. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

1. **Os Agricultores Familiares** que poderão se fazer representar por Cooperativas ou Associações, preenchendo, para tanto o Anexo VIII, deverão entregar à Comissão de Avaliação e Credenciamento os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

1.1 Cópia da Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

1.2 Cópia de Declaração de Conformidade ao PPAIS - **DCONP**, emitida pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - **ITESP** ou pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – **CATI**;

1.3 Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para consumo de órgãos e entes Públicos do Estado de São Paulo, **Anexo II**;

1.4 Declaração de não existência de trabalhadores menores, **Anexo V**;

1.5 Produtos processados devem apresentar documentação comprobatória de regularidade fiscal, sanitária e ambiental;

1.6 Declaração do agricultor familiar de que possui limite para venda, dentro do valor máximo permitido pelo § 2º do artigo 4º da Lei nº 14.591, de 14 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº 60.055/2014, **Anexo VI**.

## **IV. DO PREÇO**

1. O preço de compra dos gêneros alimentícios definido pela unidade compradora, conforme as indicações apuradas pela Comissão Gestora do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, através de valores referenciais praticados

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

por órgãos oficiais competentes bem como na média de preços pagos a Agricultores Familiares em mercados varejistas local e/ou regional, está fixado no seguinte:

ITEM	UNIDADE/KG	PREÇO
1. Abobrinha	1.700	R\$ 1,70
2. Banana Nanica	12.750	R\$ 1,90
3. Cenoura	3.740	R\$ 1,30
4. Chuchu	1.530	R\$ 1,50
5. Limão Tahiti	170	R\$ 2,00
6. Mandioca	2.890	R\$ 1,30
7. Pepino	5.100	R\$ 1,30
8. Repolho	3.230	R\$ 1,20
9. Tomate Salada	5.100	R\$ 2,90
10. Queijo Mussarela	1.260	R\$ 16,00

## V. DO PROCEDIMENTO

1. Os documentos de habilitação e as propostas de venda apresentadas serão analisados, na data de **20/09/2017**, a partir das **09:00h**, em uma única etapa, pela Comissão de Avaliação e Credenciamento, que verificará sua conformidade com os requisitos fixados no presente edital e na legislação vigente.

1.1 O Presidente da Comissão divulgará, para cada item, os nomes dos participantes que formularam propostas de venda, bem como quais estão em conformidade com os requisitos fixados no edital, esclarecendo ainda as razões de eventuais desclassificações.

1.2 Ato contínuo, será dada a palavra aos participantes presentes, agricultores familiares ou seus representantes legais, para que, caso desejem **DESISTIR** da participação do presente credenciamento, que manifestem sua intenção apresentando, devidamente preenchido e assinado, o formulário constante do **Anexo VII**, à Comissão de Avaliação e Credenciamento, para juntada aos autos e registro em Ata.

2. Após a análise dos documentos de habilitação e das propostas de venda, a Comissão de Avaliação e Credenciamento realizará o credenciamento do Agricultor

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

Familiar, considerado habilitado, sendo que na hipótese de mais de um Agricultor Familiar apresentar projeto com o mesmo item, a demanda será dividida em partes iguais para atendimento equânime dos credenciados.

3. A existência do credenciamento - CHAMADA PÚBLICA - não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, nas hipóteses §3º do artigo 4º da Lei 14.591/11, respeitada a legislação relativa às licitações.

4. O critério de aceitabilidade dos projetos de venda ofertados será conforme os preços fixados no presente edital, com base nos valores apontados pela Comissão Gestora do PPAIS e disponibilizado no site oficial do PPAIS; devendo a Comissão de Avaliação e Credenciamento promover a desclassificação dos projetos de venda incompatíveis com tais parâmetros.

4.1. Não poderão participar do credenciamento as pessoas físicas que, na data de encerramento do encaminhamento de documentação, estiverem cumprindo penalidade prevista nos artigos 87, incisos III e IV, e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, imposta pela Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, ou em razão dessa penalidade não possam participar do credenciamento.

## **VI. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

1. Caberá interposição de recurso pelo (s) agricultor (es) familiar (es) não habilitado (s), ou seja, não credenciados na CHAMADA PÚBLICA. O recurso deverá ser apresentado na forma escrita e encaminhado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, imediatamente posteriores à divulgação dos resultados no Diário Oficial do Estado, dirigido à Comissão de Avaliação e Credenciamento, protocolado na sede da entidade credenciadora.

2. A Comissão de Avaliação e Credenciamento deverá analisar e emitir parecer acerca do recurso interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento, cabendo à autoridade competente da entidade credenciadora decidir, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelo seu provimento ou improvimento, com posterior publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**VII. DA CONTRATAÇÃO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E PERÍODO DE FORNECIMENTO.**

1. A contratação do credenciado classificado poderá ocorrer por meio de emissão/recebimento de Nota de Empenho e/ou formalização de Termo de Contrato - Anexo IV;
2. Quando a entrega for imediata e integral a contratação será formalizada por meio de emissão de Nota de Empenho;
3. Quando a entrega for parcelada, a contratação será formalizada por Termo de Contrato;
4. Os produtos deverão ser entregues no prazo e local determinados pela Unidade Credenciadora, conforme cronograma constante do Anexo I;
5. A Comissão de Recepção de Material, no momento da entrega dos produtos, irá verificar se eles estão em conformidade com as especificações contidas no Edital, tendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para exigir as devidas substituições ou complementações;
6. Serão rejeitados no momento do recebimento os produtos que estiverem em desacordo com as especificações do Edital e não forem substituídos e/ou complementados na forma e prazo estipulados no subitem 5, item VII;
7. O recebimento dos gêneros alimentícios será formalizado com o Atestado de Recebimento Definitivo, conforme modelo apresentado no Anexo III.

**VIII. DO LIMITE DE VENDA**

1. O limite individual de venda do agricultor familiar deve respeitar o valor máximo previsto no §2º do artigo 4º da Lei nº 14.591 de 14 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº 60.055/2014, de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) por DCONP por ano.

**IX. DO PAGAMENTO**

1. O pagamento do fornecimento de gêneros alimentícios objeto deste edital será realizado pelo Órgão Contratante.
2. O pagamento deverá ser feito em 30 dias (artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto nº 43.914 de 26/03/1999), em conta

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

corrente do Banco do Brasil, após a apresentação de Nota Fiscal do Produtor Rural correspondente ao fornecimento efetuado.

**X. RESPONSABILIDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES**

1. Atendimento a todas as exigências legais e regulatórias, em especial as da Lei nº 14.591/11, ao Decreto 57.755/12, alterado pelo Decreto nº 60.055/2014 e às Deliberações da Comissão Gestora do PPAIS, principalmente, nas declarações: a) para expedição de DCONP; b) de aptidão para participar da Chamada Pública - não ter ultrapassado o limite de R\$ 22.000,00 ano por DCONP; c) contidas na proposta de venda do (s) produto (s);
2. Fornecimento de gêneros alimentícios, conforme descrição completa do produto contida no Edital;
3. Para produtos hortícolas apresentados em embalagens com pacotes será admitida uma tolerância no peso de cada embalagem de 5% a 10%, entretanto o quantitativo total da embalagem de acondicionamento dos pacotes deve coincidir com o especificado no documento fiscal no ato da entrega;
4. Fazer uso do mesmo número de CPF indicado na Nota de Empenho ou Termo de Contrato em todos os documentos, inclusive na nota fiscal.

**XI. RESPONSABILIDADE DOS ORGÃOS OU ENTIDADES ADQUIRENTES DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

1. Adquirir os gêneros alimentícios nos termos e condições definidas na Chamada Pública.
2. Indicar, formalmente, o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
3. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a serem solicitados, que interfiram na execução do contrato.

**XII. DAS HIPÓTESES DE DESCREDECIMENTO**

1. A entidade credenciadora poderá, a qualquer tempo, realizar o descredenciamento desde que, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento, que importem comprometimento

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

de sua habilitação, não cabendo qualquer direito de indenização, compensação ou reembolso;

2. Fica assegurado ao credenciado o direito à ampla defesa e ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Avaliação e Credenciamento, que emitirá decisão em 05 (cinco) dias úteis;

**XIII. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Informações relativas à presente Chamada Pública poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.

1.1 ESCLARECIMENTOS – deverão ser formulados por escrito e dirigidas à Comissão de Avaliação e Credenciamento, até 2 (dois) dias úteis antes do prazo fixado para apresentação dos documentos.

1.2 IMPUGNAÇÕES AO EDITAL – deverão ser formuladas por escrito e dirigidas à Autoridade subscritora do Edital.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar Rural para o Programa da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, deverá respeitar o valor máximo previsto na Lei nº 14.591 de 14 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº 60.055/2014.

3. Esta Chamada Pública terá a validade de 04 (quatro) meses, a contar da data da publicação da ratificação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de sua homologação.

**XIV.DAS PENALIDADES**

1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do Credenciado das obrigações assumidas, no caso de inexecução total ou parcial do ajuste ou na infringência da Lei estadual nº 14.591/2011, do Decreto estadual nº 57.755/2012, alterado pelo Decreto nº 60.055/2014, das Deliberações da Comissão Gestora do PPAIS e dos demais preceitos pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

1.1 - Advertência;

1.2 - Multa;

1.3 - Declaração de Inidoneidade para licitar com a Administração;

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

2. A penalidade de multa será aplicada nos termos da Resolução SAP nº 6/2007;
3. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, conforme disposto no artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93;
4. A aplicação da penalidade de Declaração de Inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário de Estado, facultada a defesa do acusado no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida no prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação;
5. Nenhuma penalidade será aplicada sem que se conceda ao Credenciado o direito ao contraditório, à defesa prévia e aos recursos cabíveis, nos termos da legislação vigente.

**XV.DO FORO**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do credenciamento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**XVI.ANEXOS**

1. Fazem parte deste edital de chamamento público:  
ANEXO I - Especificações e Quantidades;  
ANEXO II - Proposta de Venda  
ANEXO III - Atestado de Recebimento Definitivo  
ANEXO IV - Minuta do Contrato  
ANEXO V - Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;  
ANEXO VI - Declaração de Compromisso de Limite por DCONP/ANO  
ANEXO VII - Termo de Desistência  
ANEXO VIII - Identificação do fornecedor/representante legal.

Riolândia/SP, 04 de setembro de 2017.

**CLAUDINEI FRANCISCO COSTA**

Diretor Técnico III

COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES  
FOLHETO DESCRITIVO

1. DO OBJETO

O objeto do presente Credenciamento é o cadastramento de Agricultores Familiares para os fins de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o atendimento ao Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I deste instrumento, a seguir resumidas:

<u>Item</u>	<u>Descrição Completa do Produto</u>	<u>Quantidade</u>		<u>Cronograma de Fornecimento</u>
		<u>Total do Período</u>	<u>Unidade</u>	
1.	<b>Abrobrinha</b> brasileira, de primeira (boa qualidade), tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionada em caixas de madeira (495x355x220) mm, pesando aproximadamente 20kgs, e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 272/05, com os padrões de embalagem da instrução normativa conjunta n. 9, de 12/11/02, (sarc,anvisa,inmetro), produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela anvisa.	1.700	Quilo	Semanalmente
2.	<b>Banana</b> nanica de segunda, comprimento menor que 20 cm e	12.750	Quilo	Semanalmente

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

	<p>diâmetro menor que 35 mm, coloração da casca amarelo esverdeada, espessura fina e polpa branca creme, o lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar defeitos como: passada, dano por praga, podridão e ferimento em mais que três dedos da penca e, dois dedos se for buque, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00 x 1,20m, contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do fornecedor, e suas condições deverão estar de acordo com a instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro) rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, devendo obedecer as informações contidas em normas e padrões do site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a>.</p>			
3.	<p><b>Cenoura</b> variedade nantes, extra a, com comprimento unitário entre 160 e 200 mm, casca c/ coloração alaranjada escura, textura lisa, formato cilíndrico e coração pouco evidente, o lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos podridão, dano por praga, murcho, ferimento, ombro verde ou roxo, lenhoso, deformação grave ou quebrado, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00 x 1,20m, contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do</p>	3.740	Quilo	Semanalmente

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

	<p>fornecedor, e suas condições deverão estar de acordo com a instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro), rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, obedecer as informações contidas em normas e padrões do site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a>.</p>			
4.	<p><b>Chuchu</b> verde claro, extra a (peso unitário entre 250 e 450g), o lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos podridão, murcho, passado, deformação grave, ferimento, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00x1,20m, contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do fornecedor, e suas condições deverão estar de acordo com a instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro), rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, obedecer as informações contidas em normas e padrões do site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a>.</p>	1.530	Quilo	Semanalmente
5.	<p><b>Limão</b> tahiti, com diâmetro equatorial maior que 60mm, formato arredondado, casca c/ coloração verde, textura lisa a ligeiramente rugosa e espessura média, ausência de sementes, suculência alta e acidez média, o lote deverá apresentar</p>	170	Quilo	Semanalmente

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

	<p>homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos passado, ferimento, seco, oleocelose ou podridão, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00 x 1,20m, contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do fornecedor, e suas condições deverão estar de acordo com a instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro), rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, obedecer as informações contidas em normas e padrões do site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a>.</p>			
6.	<p><b>Mandioca</b> branca, graúda, unidade com diâmetro maior que 50 mm, coloração da casca marrom, textura semi rugosa, polpa branca amarelada, o lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos como: passado, escurecido e deformação grave, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00 x 1,20m, contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do fornecedor, instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro) rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, devendo obedecer as informações contidas em normas e padrões do</p>	2.890	Quilo	Semanalmente

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

	site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a> .			
7.	<p><b>Pepino</b> comum, extra a (comprimento menor que 16cm), casca c/ coloração verde escura, textura da polpa macia, o lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos podridão, ferimento, deformação grave, passado, virose, murcho, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00x1,20m, contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do fornecedor, e suas condições deverão estar de acordo com a instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro), rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, obedecer as informações contidas em normas e padrões do site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a>.</p>	5.100	Quilo	Semanalmente
8.	<p><b>Repolho</b> verde, cabeça arredondada, peso por unidade variando de 1,7 a 3,0kg, apresentando coloração das folhas verde e textura lisa, o lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos como: ferimento, podridão, dano por praga, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00 x 1,20m (com 16 unidades), contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do fornecedor, e suas condições deverão estar de acordo com a</p>	3.230	Quilo	Semanalmente

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

	instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro) rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, obedecer as informações contidas em normas e padrões do site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a> .			
9.	<b>Tomate salada</b> , santa cruz (oblongo) 3a, com diâmetro equatorial maior que 70mm, com grau de maturação para salada, o lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos podridão, passado, virose, dano por praga, ferimento, queimado de sol grave, imaturo, devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00 x 1,20m, contendo identificação do produto, peso líquido, nome e telefone do fornecedor, e suas condições deverão estar de acordo com a instrução normativa conjunta 09/02 (sarc, anvisa, inmetro) rdc 12/01 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa, obedecer as informações contidas em normas e padrões do site <a href="http://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a> .	5.100	Quilo	Semanalmente
10.	<b>Queijo mussarela</b> , transportado e conservado em temperatura não superior 8°C, embalado em plástico inviolável, selado a vácuo, com validade mínima de 02 meses e 4 dias na data da entrega, e suas condições deverão estar de	1.260	Quilo	Mensalmente

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

acordo com a portaria 364/97 (mapa), rdc 12/01, rdc 259/02, rdc 360/03, rdc 14/14 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo mapa e anvisa.			
---	--	--	--

**NOTAS IMPORTANTES:**

**a-** Os produtos deverão ser transportados de forma a garantir perfeita conservação, na temperatura adequada, até a sua efetiva entrega.

**b -** A **Penitenciária João Batista de Santana**, não se responsabiliza pela perda ou devolução de caixas ou engradados.

**c -** Os gêneros alimentícios **hortifrutigranjeiros e derivados de leite (queijo mussarela)**, quando solicitada a sua entrega somente serão recebidos entre o horário das **08:00 às 15:30 com intervalo das 12:00 horas às 13:00 horas**, no Almojarifado da **Penitenciária João Batista de Santana**.

**d -** Todos os produtos cotados deverão ser de 1ª qualidade.

**2. EMBALAGEM**

Tipo de embalagem, especificar se será em sacos de nylon, plástico, caixa de papelão e outros tipos de acondicionamento que garantam a integridade e a qualidade do produto.

**3. ROTULAGEM**

O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

3.1. Nos rótulos das embalagens (primária e secundária), deverão constar as seguintes informações:

- a) Identificação do produto;
- b) Nome e endereço do fabricante;
- c) Peso líquido (das embalagens primárias e secundárias);
- d) Data de acondicionamento;
- e) Condições de armazenamento; inclusive empilhamento máximo (na embalagem secundária);
- f) Classificação do produto.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

g) Data de Validade

3.2 Produtos Industrializados: os mesmos anteriores, acrescidos de itens relacionados aos ingredientes, valor nutricional, presença de glúten.

#### **4. CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO**

##### **4.1. PRAZO DE ENTREGA**

4.2. O produto deverá ser entregue conforme cronograma estabelecido pela CONTRATANTE.

##### **4.3. LOCAL DE ENTREGA**

O produto será recebido no Almoarifado da Penitenciária João Batista de Santana sito à Estrada Municipal Riolândia/Cardoso Km 02, s/nº, Zona Rural – Riolândia/SP, conforme calendário de entrega a ser estabelecido pela contratante.

##### **4.4. SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS**

4.4.1 Comprovadas alterações técnicas, sensoriais e/ou de embalagem, ou seja, produto que estiver em desacordo com esta especificação, a contratada será notificada para substituir o produto devendo retirá-lo no local onde se encontrar, no prazo em que a contratante estabelecer, substituindo-o em parte ou no todo, por outro que atenda inteiramente às exigências deste edital, não gerando quaisquer ônus para o contratante.

Riolândia/SP, 04 de setembro de 2017.

**CLAUDINEI FRANCISCO COSTA**

Diretor Técnico III

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**ANEXO II**

**PROPOSTA DE VENDA**

Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº-----				
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR</b>				
1. Nome do Proponente				
2. CPF		3.DCONP		
4.Banco do Brasil Nº da Agência		5.Nº da Conta Corrente		
<b>II- RELAÇÃO DE PRODUTOS</b>				
6. Produto	7.Unidade	8.Quantidade Total do Período	9.Preço/Unidade	10.Valor Total
<b>III- CRONOGRAMA DE ENTREGA</b>				

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP****ANEXO III****ATESTADO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO****SECRETARIA DE ESTADO DA \_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO DE \_\_\_\_\_****ADMINISTR. DEPTO. \_\_\_\_\_  
(UNIDADE DE DESPESA)****NOTA DE REALIZAÇÃO****ATESTADO DE RECEBIMENTO DO PRODUTO**

ORG.	U.O.	U.D.	N. EMPENHO 20	NE	VALOR / NOTA	DATA/ ENTREGA	PARCIAL
							TOTAL
							PREVISAO / PGTO.
						//	/

TIPO DO PRODUTO:

**FORNECEDOR:****ENDERECO:****PROCESSO****PRODUTO E QUANTIDADE:****NOTA FISCAL****DATA DE  
EMISSAO:****ITEM (S)  
CATEGORIA FUNCIONAL PROGRAMATICA -  
ELEMENTO ORCAMENTARIO -**

RECEBEMOS EM ORDEM E NA QUANTIDADE DEVIDA O PRODUTO ACIMA DISCRIMINADO, O QUAL APÓS A INSPECAO DE QUALIDADE REALIZADA POR ESTA REPARTIÇÃO, FORAM CONSIDERADOS DE ACORDO COM O SOLICITADO, SATISFAZENDO AS ESPECIFICACOES E DEMAIS EXIGENCIAS DO CONTRATO/EMPENHO

**COMISSÃO DE RECEPÇÃO DE MATERIAL**

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**ANEXO IV**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO N.º XX/2017**

Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS.

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezesseis, nesta cidade de Riolândia, comparecem de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente Contratante, e, de outro lado, \_\_\_\_\_ (Agricultor Familiar), com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF ou CPF nº \_\_\_\_\_, doravante designada Contratada, neste ato representado por \_\_\_\_\_ (se for cooperativa/associação), e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da inexigibilidade da licitação, artigo 25 da Lei federal nº 8.666/93, conforme despacho exarado às fls. \_\_\_\_, do Processo nº 149/17-PRIO, pelo presente instrumento avençam um contrato de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, sujeitando-se às normas da Lei estadual nº 6.544/89, Lei federal nº 8.666/93 e demais normas regulamentares à espécie, inclusive Resolução nº \_\_\_\_\_ e a Lei estadual nº 14.591/2011, regulamentada pelo Decreto nº 57.755/2012 alterados pelo Decreto nº 60.055/2014, bem como, o Decreto nº 62.282/ 2016 e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de \_\_\_\_\_ (quantidade) de \_\_\_\_\_ (gênero alimentício) em conformidade com as Especificações e Quantidades (Anexo I) e Proposta de Venda da CONTRATADA (Anexo II), que integram o presente contrato como se nele estivessem transcritos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, PERÍODO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 1.O objeto da presente contratação será entregue parceladamente, nos prazos e locais determinados pela CONTRATANTE, conforme cronograma de fornecimento constante do Anexo I – Quantidades e Especificações;
- 2.A Comissão de Recepção de Material, no momento da entrega dos produtos, irá verificar se eles estão em conformidade com as especificações contidas no Edital, tendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para exigir as devidas substituições ou complementações;
- 3.Serão rejeitados no momento do recebimento os produtos que estiverem em desacordo com as especificações do Edital, e não forem substituídos e/ou complementados na forma e prazo estipulados no subitem 5, do item VII, do Edital de Chamada Pública;
- 4.O recebimento dos gêneros alimentícios será formalizado com o Atestado de Recebimento Definitivo, conforme modelo apresentado no Anexo III.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA**

A CONTRATADA compromete-se a observar o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) por DCONP por ano civil, referente a sua produção.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Atendimento a todas as exigências legais e regulamentares, em especial a da Lei estadual nº 14.591/2011, o Decreto estadual 57.755/2012, alterados pelo Decreto nº 60.055/2014 e as Deliberações da Comissão Gestora do PPAIS, principalmente, no que se refere às exigências:

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

- a) para expedição da Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - DCONP;
- b) de aptidão para participar da Chamada Pública - certificando não ter ultrapassado o limite de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) ano por DCONP;
- c) contidas na proposta de venda do(s) produto(s);

2. Fornecer os gêneros alimentícios, conforme descrição completa do produto contida no Anexo I do Edital – Especificações e Quantidades;

3. Acondicionar os itens em caixas ou outros tipos de embalagens aceitas pela legislação que garantam a integridade do produto durante o transporte e armazenamento;

3.1. No caso de produtos hortícolas apresentados em embalagens com pacotes será admitida uma tolerância no peso de embalagem de 5% a 10%. Entretanto, o quantitativo total da embalagem de acondicionamento dos pacotes deve coincidir com o especificado no documento fiscal no ato da entrega;

4. Utilizar o mesmo número de CPF indicado na habilitação em todos os documentos, inclusive na nota fiscal;

5. Abster-se de contratar menores de 18 (dezoito) anos para trabalharem em período noturno e em locais perigosos ou insalubres, e em nenhuma hipótese, menores de 16 (dezesesseis) anos, em respeito ao disposto no art. 27, inc. V da Lei federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. Adquirir os gêneros alimentícios nos termos e condições definidas na Chamada Pública;
2. Providenciar o pagamento das faturas aprovadas;
3. Indicar, formalmente, o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

4. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados, que interfiram na execução do contrato;
5. No caso de impossibilidade no recebimento dos produtos por algum evento alheio à vontade da CONTRATANTE, esta deverá:
  - a) Avisar a suspensão da entrega com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência. Neste caso, serão ressarcidos ao agricultor \_\_\_% do valor do produto que deveria ser entregue;
  - b) Não havendo tempo hábil para avisar sobre a suspensão da entrega o credenciado receberá integralmente o valor dos produtos entregues.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, constantes do Anexo I, a CONTRATADA receberá o valor total estimado de R\$ XXXXXXXX

**Parágrafo único** - No valor contratado estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento de 2.017, nos termos seguintes:

Dotação Orçamentária: 14421381361410000; Fonte de Recurso: 001001001, UGE 380167, ND 33.90.30.11PPAIS.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor do objeto contratado por meio de crédito aberto em conta corrente do Banco do Brasil em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, à vista do respectivo Atestado de Recebimento Definitivo – Anexo III, (art. 2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto estadual nº 43.914, de 26/03/1999), observadas e cumpridas pela CONTRATADA as seguintes exigências:

1. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas, indicando o mês de referência, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada produto.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

2. O CPF constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta de venda.

3. No corpo da nota fiscal/fatura deve constar os dados bancários (banco, agência e conta corrente);

§ 1º Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

§2º Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5%(meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado;

§3º Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no **Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL**, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento;

§4º O preço permanecerá fixo e irredutível.

**CLÁUSULA NONA – DO ARQUIVAMENTO DE NOTAS FISCAIS**

A CONTRATADA deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais/Faturas, ou congêneres, dos produtos constantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS, estando à disposição para comprovação.

A CONTRATANTE se compromete a guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos as Notas Fiscais/Faturas, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DANOS**

É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato nos casos permitidos em lei;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão da CONTRATADA;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, o não cumprimento por parte da Contratada das obrigações assumidas, no caso de inexecução total ou parcial do ajuste ou na infringência da Lei estadual nº 14.591/2011, do Decreto estadual nº 57.755/2012, alterado pelo Decreto estadual nº 60.055/2014, das Deliberações da Comissão Gestora do PPAIS e dos demais preceitos pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

1.1- Advertência;

1.2 - Multa;

1.3 - Declaração de Inidoneidade para licitar com a Administração;

2. A penalidade de multa será aplicada nos termos da Resolução SAP nº 6, de 10-1-2007.

3. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do Contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, conforme disposto no artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93;

4. A aplicação da penalidade de Declaração de Inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário de Estado, facultada a defesa do acusado no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida no prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação;

5. Nenhuma penalidade será aplicada sem que se conceda à Contratada o direito ao contraditório, à defesa prévia e aos recursos cabíveis, nos termos da legislação vigente.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**  
**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93, sendo que as supressões poderão ultrapassar este limite desde que observado o art. 65, §2º, inc. II da Lei federal 9.648/98, que alterou a Lei 8.666/93, formalizando através de termo de aditamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

Este Contrato será rescindido e desconstituído de pleno direito, ante a infração do disposto em qualquer de suas cláusulas ou na lei, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando a Contratada sujeita às sanções e penalidades previstas nos artigos 75, 78 a 82 da Lei estadual nº 6.544/89 e artigo 86 e seguintes da Lei federal nº 8.666/93.

Em caso de rescisão do presente contrato por parte da Contratante, não caberá à Contratada direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará pelo período de \_\_\_\_\_( ) meses a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. O presente Contrato rege-se pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, Lei estadual nº 14.591/2011, Decreto Estadual nº 57.755/2012, alterados pelo Decreto Estadual nº 60.055/2014, bem como, o Decreto nº 62.282/2016 e pelos demais diplomas legais regulamentares, que se aplicam, inclusive, em relação aos casos omissos.

2. Sem prejuízo das demais obrigações convencionais e legais, a CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Chamada Pública que deram origem ao presente instrumento.

3. Fica ajustado, ainda, que:

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) Edital de licitação da Chamada Pública nº \_\_\_\_\_;
- b) Proposta apresentada pela Contratada;
- c) Anexo I – Especificações e Quantidades;
- d) Resolução SAP nº 6, de 10-1-2007.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito, desde já, competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas ou relativas à aplicação deste contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Riolândia/SP, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2017.

\_\_\_\_\_  
Contratante:

\_\_\_\_\_  
Contratada: assinatura do representante legal e carimbo

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES**

**PROCESSO Nº 149/17-PRIO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017-PRIO**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES**

O Sr. \_\_\_\_\_ portador do RG \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, interessado em participar da Chamada Pública n.º XX/20XX, DECLARA que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, artigo 117, da Constituição do Estado de São Paulo.

Ademais, declara para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
Nome/R.G.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE LIMITE POR DCONP/ANO**

**PROCESSO Nº 149/17-PRIO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017-PRIO**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE LIMITE POR DCONP/ANO**

Eu, (nome do Agricultor Familiar), inscrito no CNPJ Rural sob nº \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, interessado em participar da Chamada Pública n.º XX/20XX, DECLARO atender ao limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores Familiares, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) por DCONP/ Ano Civil referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei Estadual nº 14.591 de 14 de outubro de 2011 alterado pelo Decreto nº 60.055/2014, que regem o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS e demais documentos normativos, no que couber.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
Nome/R.G.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**ANEXO VII**

**TERMO DE DESISTÊNCIA**

À Comissão de Avaliação e Credenciamento da Penitenciária "João Batista de Santana" de Riolândia/SP.

Chamada Pública Nº 002/2017-PRIO

**Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG Nº \_\_\_\_\_ nos termos do subitem 1.2 do Item V do Edital da Chamada Pública Nº \_\_\_\_\_, por razões de interesse pessoal, solicito a desistência da proposta apresentada para os itens abaixo relacionados:**

I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
1. Nome do Proponente	
2. CPF	3.DCONP
II- RELAÇÃO DE PRODUTOS	
ITEM	DESCRIÇÃO

(local e data)

\_\_\_\_\_  
Nome/R.G.

**COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE  
PENITENCIÁRIA "JOÃO BATISTA DE SANTANA" RIOLÂNDIA/SP**

**ANEXO VIII**

Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº-----					
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR/REPRESENTANTE LEGAL</b>					
1. Nome do Proponente (Cooperativa/Associação/Agroindústria)					
2. CNPJ		2. I.E.			
3. Banco do Brasil (Campo obrigatório somente para Cooperativa e Agroindústria)					
3.1 Nº da Agência			3.2.Nº da Conta Corrente		
<b>II- RELAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES E PRODUTOS/ITENS</b>					
4. Nome	5. CPF	6. Item	7.Quantidade	8.Preço/ Quantidade	9. Valor Total